



A contribuição da comunicação comunitária nos processos de organização popular ¹

Maristela Romagnole de Araújo JURKEVICZ ²

Regina Célia Escudero CÉSAR ³

Rozinaldo Antonio MIANI ⁴

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca da importância da comunicação comunitária nos processos de organização popular. Para tanto, buscamos situar a comunicação como um instrumento que busca resgatar a cidadania da população oprimida em um processo que privilegia o grupo enquanto sujeito ativo de transformação social. Analisamos, ainda, algumas experiências comunicativas desenvolvidas no âmbito de uma intervenção acadêmica que subsidiaram processos de organização e articulação de grupos populares e que reafirmam a contribuição que a comunicação comunitária pode proporcionar em tais processos.

Palavras-chave: Comunicação comunitária. Organização popular. Jardim União da Vitória. História de vida.

1 - Introdução

A complexidade que se verifica atualmente nos processos de organização social e política dos setores subalternos da sociedade tem exigido, dos militantes políticos e dos pesquisadores do assunto, compreensão e sensibilidade quanto à efetividade dos instrumentos utilizados nos processos de organização popular e articulação política. Nesse contexto, a comunicação, particularmente aquela identificada como comunicação comunitária, tem se destacado como uma estratégia eficaz e eficiente nos processos de organização política de grupos populares.

Entende-se como comunicação comunitária, conforme destaca Cicília Peruzzo,

¹ Trabalho apresentado no GP “Comunicação para a Cidadania” do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Maristela Romagnole de Araújo Jurkevitz - Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual de Londrina. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina. Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina.

³ Regina Célia Escudero César - Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Doutoranda em Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina.

⁴ Rozinaldo Antonio Miani - Bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina.



[...] o processo comunicativo levado a efeito por movimentos sociais populares e organizações sem fins lucrativos da sociedade civil. Este ocorre no bojo de uma práxis de atores coletivos que se articulam de modo a provocar a mobilização social e realizar ações concretas com vistas à melhoria da consciência política e das condições de existência das populações empobrecidas (PERUZZO, 2008, p.1).

Dentre os princípios norteadores da comunicação comunitária, também citados por Peruzzo, estão:

Democracia/pluralismo: o respeito à pluralidade de vozes e o espaço para participação democrática.

Representatividade: trabalhar com representantes dos diversos setores organizados dentro de cada localidade e instituir o caráter coletivo como força inspiradora das ações e decisões.

Participação ativa: o protagonismo principal deve ser do próprio cidadão, que desenvolve a produção de conteúdos, planejamento e gestão de sua organização.

Autonomia: é a base para a ação independente. Deve-se estabelecer regras claras, para não cercear a liberdade de informar e a aplicação dos recursos com a finalidade de garantir o funcionamento da unidade comunicacional.

Conteúdos: espera-se que sejam condizentes às finalidades de desenvolvimento social, educativo e cultural, além de serem colados à realidade local.

Força motriz: ampliação do exercício dos direitos e deveres de cidadania com vistas à constituição de uma sociedade livre, justa e igualitária. (PERUZZO, 2008, p.3).

Vale ressaltar que a participação é fundamental para o exercício da cidadania e, nesse sentido, indispensável a qualquer prática que se reivindique identificada com a comunicação comunitária. Não há cidadania plena sem participação ativa, seja em qual nível for tratada. Participar é partilhar, é intervir e se reconhecer cidadão, com direitos e deveres, e agir como tal.

No que se refere ao conceito de comunidade, acreditamos que o mesmo se constrói dialeticamente, dentro de um contexto societário amplo, onde o convívio entre a diversidade e heterogeneidade faz parte da realidade comunitária. O ser histórico, social, participante e sujeito é, como diz Raquel Paiva (1998), interativo ao todo social, é um “ser-em-comum”, cidadão em seu contexto, não aquele idealizado pelos manuais, mas que atua sobre sua realidade, transformando-a dentro de suas possibilidade e limites, no seu dia-a-dia mais corriqueiro. Este “ser-em-comum” traz embutido o conceito de cidadania, pois se comporta como um sujeito social comprometido e articulado na formação/transformação de sua realidade.



Fala-se muito em globalização, e parece mesmo que este é hoje o grande avanço da comunicação, mas acreditamos que um dos maiores méritos de nossa recente história seja o de que, nestes últimos anos, aprendemos a participar no processo de construção de nossa realidade, sendo agentes/sujeitos dentro dela. O que se alinhava é uma cultura da participação. Segundo Peruzzo (2003), esta participação deve ser dimensionada numa perspectiva baseada no desenvolvimento sustentável e integral, que pressupõe a co-responsabilidade do cidadão e de suas organizações, do mercado e do Estado.

Além disso, como todo processo cultural, a história dos movimentos sociais no Brasil não é linear, sendo caracterizada por fluxos e refluxos. Entretanto, sua conquista fundamental é a valorização do coletivo ao individual.

Diante dessas considerações iniciais, fica evidenciado que, para efeito desse trabalho, a comunicação comunitária será compreendida como aquela comunicação realizada por agentes da comunidade, que institui e/ou valoriza os processos participativos, a fim de promover a melhoria de suas necessidades, capacidades e interesses legítimos.

A proposta de comunicação como um instrumento para a articulação comunitária apoia-se em um processo de planejamento participativo o qual procura situar o povo como sujeito histórico, ou seja, compreendendo cada indivíduo como ator político e não como mero espectador em sua própria realidade.

No entanto, as estruturas dos meios de comunicação, bem como as condições socioeconômicas e culturais de grande parte da população, apresenta-se de tal forma precarizada que é preciso que se estabeleçam formas ousadas de participação popular. Peruzzo diz que a comunicação no âmbito do dar “voz e vez” ou “abrir o microfone para o povo” não é mais suficiente. Para a autora, a “comunicação popular” em uma perspectiva democrática compreende a participação dos indivíduos não só nos meios de comunicação, mas no próprio processo de produção, planejamento e gestão da comunicação. Nessa mesma direção, Seno Cornelly (1990, p.34) afirma que esse é “um processo através do qual a população adquire maior domínio sobre seu destino”.

Busca-se, com isso, além de identificar, criar e recriar canais de comunicação, colocar o grupo como conhecedor das causas do próprio movimento e, a partir disso, usar o diagnóstico como fator provocativo e motivador para a articulação do grupo e para a transformação social almejada. Faz-se essencial, dentre outras ações, promover o diálogo da comunidade por meio da comunicação escrita e falada, dos contatos externos, participação em audiências, reuniões, debates, entrevistas e congressos.



Enfim, se a pretensão é a cidadania, em um processo que respeite os atores sociais em seus interesses e valores culturais e com uma postura que privilegie o direito do grupo em serem protagonistas da ação mobilizadora, é preciso que os indivíduos comecem a pensar sobre si próprios e a exercer sua condição de sujeito de sua própria história; para tanto, consideramos que a comunicação comunitária pode exercer um papel político fundamental nos referidos processos de organização popular.

2 - A constituição de um grupo social como comunidade através das histórias de vida

Para a construção de experiências em comunicação comunitária que sejam consideradas legítimas é preciso, antes de tudo, que o próprio grupo se constitua como uma comunidade e isso se dá, entre outras condições, quando se desenvolve o sentimento de pertencimento e uma cumplicidade entre os indivíduos que compõem um determinado grupo social.

Dentre outras estratégias para viabilizar uma aproximação entre os indivíduos, destacamos a utilização da *história de vida*, que busca situar o indivíduo no contexto histórico em que ele está inserido. É fundamental que o indivíduo seja chamado a pensar e a resgatar a sua própria história, promovendo uma identificação de suas experiências com o outro e com o grupo.

A construção de histórias de vida tem como característica básica possibilitar a leitura social através de múltiplas histórias individualizadas e tem se apresentado como uma metodologia de pesquisa qualitativa bastante adequada para conhecer indivíduos que tomam decisões estratégicas, identificando suas origens, seus instrumentos, seus valores, seus interesses.

A abordagem da história de vida cria um tipo especial de documento no qual a experiência pessoal se entrelaça à ação histórica, diluindo o distanciamento entre subjetividade e objetividade. O objetivo é estabelecer uma clara articulação entre a biografia individual e seu contexto histórico e social, revelando como as pessoas universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem. Possibilita-se, desta forma, a vinculação do sujeito ao seu território, criando o sentimento de pertença e cidadania, percebendo-se como ator de sua história e de seu grupo.

Deve-se estar consciente de que as biografias, autobiografias e histórias de vida não revelam a totalidade da vida de um indivíduo. Porém, o grande valor das biografias está na



relevância das interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência como explicação para o comportamento social.

Portanto, considerando o potencial que a história de vida pode desempenhar nos processos de constituição política de um grupo social como comunidade, utilizamos tal estratégia em algumas das ações realizadas no contexto de desenvolvimento de projetos político-acadêmicos que tiveram a comunicação comunitária como o nosso principal objetivo e instrumento de intervenção.

Na experiência desenvolvida junto aos moradores do bairro Jardim União da Vitória, na cidade de Londrina/PR, particularmente no cumprimento do projeto de extensão “Empregabilidade - uma questão de cidadania”⁵, utilizamos a estratégia da história de vida com aqueles indivíduos que participaram dos cursos de formação profissional viabilizados pelo projeto⁶, com o objetivo de constituí-los como uma comunidade e favorecendo o engajamento dos mesmos na realidade política local.

A realidade que incide sobre esses sujeitos é marcada pela precarização das condições de vida, pelo desemprego e, particularmente, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Os indivíduos pertencentes aos dois grupos constituídos (costureiras e eletricitas) relataram, por meio da história de vida, toda a discriminação sofrida por serem moradores daquele bairro; a falta de perspectiva pessoal e profissional; a marginalização sofrida pelas suas condições socioeconômicas; mas, ao mesmo tempo, um desejo (no caso das costureiras) e uma urgência (no caso dos eletricitas) de superar tal situação, por meio da experiência promovida pelo projeto. Esta realidade identificada nos dois grupos retratou, de certa forma, os dados de uma pesquisa desenvolvida por ocasião de projeto de pesquisa realizado anteriormente no referido bairro (CESAR; JURKEVICZ, 2006).

Apesar dos pontos em comum apresentados pelos dois grupos, havia entre eles iniciativas particulares e dispersas, o que dificultava ainda mais a reversão do cenário apontado. Neste sentido, com a realização da história de vida, buscamos reforçar o sentimento de pertença à comunidade por parte de cada indivíduo, valorizando seu contexto e os potenciais individuais na perspectiva de constituírem-se como grupo.

⁵ Trata-se de um projeto de extensão desenvolvido entre 2005 e 2008 por docentes e estudantes do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), cujo objetivo foi, por meio da comunicação comunitária, capacitar os moradores e torná-los agentes sociais de mudança em sua realidade, uma vez que este bairro está situado em uma das áreas mais carentes e com o maior índice de desemprego de Londrina.

⁶ Realizamos um curso de costura industrial com as mulheres e um curso de eletricitas para os homens.



Outro projeto foi a participação de uma das autoras em uma ação do Rondon – operação 2007, realizada com as quebradeiras de coco da cidade de Vila Nova dos Martírios, no Maranhão. As mulheres de dois distritos de Vila Nova dos Martírios (Curvelândia e Marcolândia) utilizavam os produtos do babaçu apenas para subsistência, pois não possuíam conhecimento e não o enxergavam como uma fonte de geração de renda. Produziam azeite e sabão, e com os restos da quebra do coco (casca, endocarpo e mesocarpo) faziam o carvão, pois em sua maioria se utilizavam de forno a lenha. Às vezes era efetuada alguma venda do azeite a um preço barato, contudo não gostavam de vender, pois o produto era muito desvalorizado. Elas reclamavam que era muito trabalhoso ir até as palmeiras de babaçu, que estavam ficando cada vez mais longe, devido à derrubada para a formação de pasto de gado. Precisavam pegar os cocos, voltar para casa carregando todo o peso, passar o dia quebrando para retirar as amêndoas, para depois *pisar* (o pisar delas significa o nosso pilar com o pilão), levar ao fogo, cozinhar até soltar o azeite e separá-lo dos restos que sobram para vender a três, quatro reais o litro. Por esse e outros motivos elas não fabricavam com o intuito de vender; a venda era algo ocasional.

Apesar de trabalharem juntas, com o mesmo produto, morarem na mesma cidade/distrito e estarem muito próximas (devido ao pequeno tamanho dos distritos, pela convivência diária, proximidade de situação econômica e social, entre outros), possuem o mesmo objetivo (melhor condição de vida), terem as mesmas reclamações (excesso de esforço físico no trabalho, dores no corpo, excesso de filhos), enfim, terem histórias de vida muito semelhante, elas não se enxergavam como um grupo. Apesar de viverem juntas elas não se efetivavam como um grupo organizado.

Considerando as questões verificadas na realidade do referido grupo, o trabalho desenvolvido com as quebradeiras de coco foi por meio da comunicação comunitária, buscando tratar do tema associativismo, cooperativismo, motivação e formação de um grupo, para transformar a realidade e chegar a um desenvolvimento local efetivo.

Como se pode perceber, nos dois relatos utilizamos a história de vida, com a técnica da entrevista em profundidade, com pessoas estrategicamente envolvidas na temática explorada - moradores desempregados do bairro União da Vitória e quebradeiras de coco - que pretendiam formar uma cooperativa de trabalho. Esta técnica permitiu que as pessoas envolvidas expressassem com maior liberdade e profundidade suas ideias e avaliações. Através dessas perspectivas traçadas pelos participantes dos grupos, pode-se chegar a uma visão mais global da realidade em estudo, além de perceber o desenvolvimento de uma



confiança e de um comprometimento entre os membros do grupo e entre estes e os pesquisadores.

Em síntese, pudemos observar que, com a prática da história de vida, os grupos criaram um vínculo afetivo muito grande com a equipe do projeto, facilitando o desenvolvimento das demais atividades propostas. Conhecemos as histórias individuais promovendo a valorização de cada um e tivemos um maior esclarecimento acerca dos problemas advindos de seu trabalho, bem como do cotidiano e da realidade vivenciadas pelos participantes das referidas comunidades.

3 - O caráter político e pedagógico da comunicação comunitária

Para compreender o caráter articulador e libertador da comunicação comunitária é preciso assumi-la como um processo dialógico. Com a integração dos indivíduos busca-se problematizar a realidade que os influencia para então transformá-la. As pessoas precisam de informação para a mobilização, além de compartilhar experiências, emoções sobre a realidade, para que, a partir daí, possam debater, refletir e mudar.

Podemos perceber, desta forma, a comunicação assumindo um caráter pedagógico, uma vez que aprender significa mudar as atitudes. Ou seja, de uma visão limitada e passiva, o grupo passa a vislumbrar possibilidades para agir na construção de uma nova realidade, onde possa ser realmente chamado de “cidadãos”. O educador Paulo Freire já afirmava que o homem que tem voz é o homem que é sujeito de suas opções, portanto, um homem que projeta livremente seu destino (FREIRE, 1981).

Somente através de um processo que permite a tomada de consciência por parte do grupo é que se pode pensar na formação e difusão de atitudes. Assim, situar a comunicação em um processo que busca o resgate da cidadania da população oprimida é entendê-la em seu caráter educacional e participativo.

Dentro destes pressupostos é que nossa equipe tem buscado atuar com a comunicação comunitária junto aos setores populares. A presença do curso de Comunicação da UEL no bairro Jardim União da Vitória teve início em 1993 com o Projeto de Extensão “Comunicação para a Cidadania”⁷. Apesar de não ter ocorrido uma

⁷ O projeto de extensão “Comunicação para a Cidadania” desenvolveu atividades multidisciplinares com a participação de alunos de Relações Públicas e Jornalismo, coordenado pela professora Regina Célia Escudero Cesar, visando uma leitura crítica dos meios de comunicação de massa pela população local e sua conseqüente apropriação. A principal atividade do projeto foi a produção de um jornal de bairro, o “*Boca no Mundo*”, feito por uma equipe da própria comunidade que contribuiu para a obtenção de importantes conquistas sociais em prol da cidadania dos moradores do bairro.



continuidade imediata à época, as ações do referido projeto foram decisivas para uma retomada mais orgânica já nos primeiros anos do novo século. Por iniciativa das próprias lideranças do bairro, um grupo de professores da UEL foi contatado e o trabalho, que outrora se mostrou de grande importância para a organização política da comunidade, fora retomado.

Um novo grupo entre os moradores foi constituído, a partir de representantes indicados pelo Conselho de Entidades (entidade deliberativa existente no bairro até os primeiros anos da primeira década do século XXI e que no período de sua existência foi responsável por diversos ganhos políticos e sociais na região), para a discussão dos objetivos, problemas, estratégias e instrumentos para uma pesquisa que seria iniciada. Alguns voluntários, dentre os próprios habitantes, foram treinados para a aplicação de questionários que, por fim, diagnosticou a questão do desemprego como a principal mazela a ser combatida na localidade.

De acordo com a pesquisa realizada no bairro entre 2002 e 2004, vinculada ao projeto de pesquisa desenvolvido por pesquisadores da UEL (CÉSAR, 2001), o bairro Jardim União da Vitória, à época com 16.000 habitantes, apresentava as seguintes estatísticas quanto à questão do trabalho: dentre os 46% da população economicamente ativa da amostra, 56% são adultos homens e 34% adultos mulheres. Este número é seguido por jovens (masculino e feminino) com um percentual de 7%, enquanto que os idosos correspondem a 3%.

Ainda pela pesquisa, a renda per capita mensal das famílias era inferior a R\$ 90,00; segundo o IBGE, essa realidade é definida como uma situação financeira “abaixo da linha de pobreza”. Existem entre 1 e 8 pessoas desempregadas em cada residência; dentre elas 74% dos desempregados são adultos. Das famílias pesquisadas, 339 possuem ao menos 1 pessoa desempregada independente da faixa de idade, atingindo aproximadamente 80% das residências do bairro. Nas demais residências (20%) a realidade é ainda mais perversa com a constatação da existência de mais de uma pessoa desempregada na família. A taxa de desemprego em relação às pessoas economicamente ativas da amostra (71%) é de 25%, superior à taxa nacional que é de 13%.

Tal resultado teve significativa repercussão na mídia londrinense, com a sensibilização de vários setores da sociedade, resultando em algumas iniciativas do poder público e do empresariado local no sentido de pensar alternativas para geração de empregos para aquela população.



A partir da referida pesquisa, iniciou-se um projeto de extensão (JURKEVICZ, 2005), que buscou, dentre outros objetivos, viabilizar parcerias no sentido de fomentar a capacitação da população desempregada. A primeira delas foi estabelecida com o programa Economia Solidária, projeto da Secretaria de Ação Social do Estado realizado pelos órgãos municipais que busca a organização do trabalho coletivo nas comunidades. Atuou-se na perspectiva de qualificação para o mercado, conscientização sobre o trabalho coletivo e organização comunitária. O projeto baseava-se nos princípios educativos para formação cidadã por meio da comunicação comunitária. Por este projeto, foram desenvolvidas duas experiências de formação profissional, uma para mulheres, com um curso de costura industrial, e uma para homens, com um curso de eletricista.

No entanto, é necessário ressaltar que, a partir desse projeto e seus resultados e ações, o grupo de pesquisadores tinha como objetivo principal proporcionar uma série de reflexões sobre os limites e avanços da práxis da comunicação comunitária enquanto estratégia de organização popular, buscando ampliar nossa inserção e compromisso com os objetivos da emancipação e da cidadania. A esse respeito, concordamos com Peruzzo:

No âmago da questão, o que está colocado, falado de modo claro e sintético, é a premência do uso dos meios de comunicação em benefício da cidadania e que esta é construída pelos próprios cidadãos, na sua interação com as outras forças constitutivas da sociedade. O desenvolvimento só faz sentido se promover a igualdade no acesso à riqueza e o crescimento integral da pessoa e de todos, ou seja, se tiver como mola-mestra o ser humano. (PERUZZO, 2003, p.256).

A comunicação em prol da cidadania faz parte da agenda de discussões daqueles que estão comprometidos em dar um enfoque a esta área mais apropriado às demandas sócio-econômicas de países periféricos que, em plena era da globalização, podem ser consideradas à parte de uma realidade controlada pelos grandes conglomerados da comunicação. Segundo John B. Thompson (1998), o Brasil é um país consumidor dos produtos da sociedade globalizada, interage com ela, mas não atua na sua arena global. A era da globalização, da informação e comunicação é um fenômeno social e também excludente e desigual, pois beneficia mais a uns países do que a outros, “incluindo” tão somente algumas partes do mundo, relegando outras à permanente “exclusão”.

4 - As estratégias comunicativas: relações públicas e jornalismo comunitários em ação



Percebemos a comunicação como um instrumento para a criação da cidadania em meio às redes sociais que hoje tomam forma na chamada era da globalização. Sendo a comunicação um processo de relacionamento social, é mister sua interação com outras áreas de conhecimento para que possa aprimorar esta rede de relacionamentos tão complexa com a qual nos deparamos em nossos campos de trabalho. Valorizamos em nossa atuação o entendimento de uma comunicação integrada, e não de suas especificidades, numa perspectiva interdisciplinar. É esta visão de conjunto que caracteriza a ação das diferentes áreas de conhecimento em torno de um trabalho comunitário. Trata-se de um trabalho político e que se pretende transformador. Tomamos como base metodológica a visão dialética da comunidade, que ultrapassa a compartimentalização própria dos contextos positivistas e estruturalistas, para uma visão da totalidade e de seu contexto.

A prática social é transdepartamental, segundo Carlos Matus (2005), com problemas teóricos comuns e que requer uma análise situacional. O autor acredita que o jogo social requer uma mediação entre as diferentes ciências e a ação que pretendem produzir no campo social. Apesar da necessidade de um planejamento estratégico, este planejamento deve ser aberto, sem fim, deixando à prática social a determinação de seu processo. No lugar de uma prática social departamentalizada, com fronteiras estreitas devido aos seus limites analíticos, propõe-se que esta prática substitua tais fronteiras por um “foco dominante”, elaborado a partir de um propósito. Afirma Matus que esta prática “é multidimensional, global e encabeçada por atores sociais pouco objetivos, comprometidos com seus projetos e apaixonados por suas metas e crenças. A prática social atravessa todos os departamentos das ciências tradicionais e combina razão com paixão” (MATUS, 2005, p.55).

Desta forma, em nossas ações priorizamos determinar este foco dominante, numa perspectiva definida conjuntamente, a partir das necessidades e prioridades dos atores participantes da prática social, quais sejam, comunidade popular e acadêmica. Tanto as ações de jornalismo quanto de relações públicas foram planejadas e se desenvolveram dentro desta visão integrada.

Todas as atividades dos diferentes projetos já referenciados foram organizadas a partir deste pressuposto: desde a pesquisa realizada numa perspectiva participante, passando pela organização dos cursos de qualificação profissional e das intervenções de nossa equipe de pesquisadores junto aos participantes dos cursos, através dos módulos sobre a história de vida, a história das lutas políticas do bairro e a importância da



articulação comunitária ⁸, até a discussão e produção de um jornal comunitário local, que será detalhado adiante. Em todas estas atividades, a preocupação era fomentar o espírito de pertença, historicidade e cidadania entre os sujeitos envolvidos. Nosso objetivo principal era contribuir para o despertar político dos sujeitos, possibilitando a reconstrução e ampliação dos espaços de representatividade e organização comunitária.

As atividades de relações públicas tiveram como objetivo a identificação da problemática do trabalho, a conquista de aliados (parceiros no processo de conquista da cidadania) e desenvolvimento de espaços comunicativos na comunidade. Pela identificação destes espaços públicos de discussão, ampliou-se a rede de relacionamentos e solidariedade, princípio ético que pode mobilizar a sociedade civil e tirá-la de sua passividade com relação às questões de seu entorno.

A constituição de redes de colaboração depende da geração de vínculos entre os sujeitos e, destes, com a causa defendida e com os projetos de mobilização, o que configura, na realidade, um encadeamento de intervenções comunicativas de caráter estratégico que constitui o que podemos denominar de “ambiente de cooperação”. Podemos defini-lo como sendo aquele onde se criam as condições favoráveis para que os sujeitos possam agir politicamente definindo seus interesses. Cada grupo mobilizado, em diferentes graus de institucionalização, estabelece seus critérios e regras para que garantam sua manutenção, lidando com as contradições próprias ao processo.

Neste esforço, podemos perceber que entram em jogo outros elementos de ordem comunicativa que interferem na geração do vínculo de um sujeito com determinadas causas e não operam no âmbito dos meios de comunicação de massa, mas de instrumentos de comunicação dirigida. Estes são compostos de forma estratégica e orientados em função de públicos específicos e são capazes não apenas de produzir uma identificação, mas de dar materialidade simbólica à luta pela causa, de tal maneira que outros sujeitos possam reconhecê-la.

A mobilização constitui-se através de uma contínua formulação estratégica de ações de comunicação que sejam capazes de sustentar uma legitimidade pública (através da visibilidade), como também de sustentar os vínculos de confiança que mantêm a cooperação, que depende de uma capacidade de realimentar continuamente o debate público e reforçar os laços de identificação e de pertencimento dos sujeitos mobilizados. Observa-se que um ambiente de cooperação é algo em permanente construção, nunca

⁸ Estes módulos não foram definidas aleatoriamente, mas como fruto de um processo de interação, relacionamento e conhecimento da história e das reais necessidades do próprio grupo.



atingindo uma forma acabada. Por isso mesmo, os que dele participam precisam o tempo todo avaliá-lo, segundo os valores e critérios que fundam a própria mobilização.

Diante desse quadro, o conhecimento específico sobre a comunicação social é essencial para a consecução dos objetivos dos projetos mobilizadores. Isso não quer dizer, no entanto, que cada um deles deve possuir uma estrutura profissionalizada de comunicação, o que nem sempre é viável. Mas já se pode detectar que estes movimentos demandam cada vez mais este aporte especializado, com tarefas que têm sido realizadas e coordenadas por profissionais.

No entanto, em processos de luta por transformações sociais, que muitas vezes constituem movimentos sob condições extremamente adversas, não se pode conceber que fiquem dependentes desse fazer especializado. Este também é um desafio para os próprios comunicadores que, antes de tudo, precisam dar uma resposta para essa questão. Para tanto, é necessário ver a comunicação não apenas sob o ponto de vista técnico, como um campo de conhecimento específico, mas enxergá-la de modo mais amplo como uma competência fundamental a que todos devem ter direito e sem a qual não podem os sujeitos coordenar suas ações, posicionar-se no mundo e transformá-lo.

É esta compreensão metodológica dialética que garante à comunicação comunitária seu vínculo com a realidade e o desenvolvimento de uma capacidade crítica e de criação/recriação das problemáticas, transformando-as, por meio da atuação de seus atores em meio ao seu complexo contexto social.

Quanto a ações especificamente identificadas como práticas jornalísticas, destacamos o processo de discussão e produção de um jornal comunitário local, com o objetivo principal de contribuir para o processo de rearticulação política e organização popular do bairro Jardim União da Vitória.

No contexto do projeto de extensão, e em sintonia com as necessidades políticas das lideranças locais, ficou definida a criação de um jornal comunitário que teria a incumbência de disseminar a ideia de reconstrução do processo de organização popular por meio da criação de um “Conselho Popular”, que viria ocupar a lacuna deixada pelo Conselho de Entidades do Jardim União da Vitória. Na lógica de sua concepção, o processo de produção do referido jornal contribuiria, ainda, para aglutinar “novas lideranças populares”, principalmente os participantes dos cursos de qualificação profissional, renovando as forças na perspectiva de reconstrução do poder local.

Antes da produção da primeira edição do jornal “União da Vitória” (nome provisório atribuído ao jornal) foi realizada uma oficina com alguns dos participantes dos



cursos de qualificação profissional com o objetivo de proporcionar um momento de formação sobre *como fazer um jornal comunitário*, dentre outras discussões. A participação foi relativamente positiva, pois, apesar de não ter havido uma intervenção efetiva dos moradores do bairro na produção das matérias, houve uma discussão coletiva sobre os temas que deveriam ser produzidos, além de uma manifestação positiva quanto a participar mais ativamente na produção de futuras edições. O jornal foi produzido e distribuído no bairro, constituindo um fato político importante, na própria avaliação das lideranças políticas.

O processo de contribuição do jornal comunitário como estratégia de organização popular se apresenta inconcluso. Até o momento apenas uma edição do referido jornal (que circulou no final do ano de 2008) foi produzida; uma segunda edição está em fase de discussão. Apesar disso, vale ressaltar que se trata de uma experiência bastante significativa e que se apresenta como uma das principais estratégias políticas assumidas pelas lideranças populares como alternativa para um processo de rearticulação comunitária.

Deve-se considerar, ainda, como justificativa para a não continuidade (temporária) da produção do referido jornal, a instabilidade política que tomou conta da cidade pela cassação do prefeito eleito e a necessidade de realização de um “terceiro turno”, que exigiu a mobilização das principais lideranças populares da cidade.

O fato é que o jornal comunitário já é uma realidade no Jardim União da Vitória e disso pode resultar um importante processo de reorganização popular. É nisso que acreditamos, enquanto pesquisadores e sujeitos comprometidos com os processos de emancipação política dos setores populares, e que nos move na perspectiva de continuar desenvolvendo nossas ações baseadas nos pressupostos da comunicação comunitária.

5 - Considerações finais

Neste artigo, tivemos a preocupação em analisar todo um processo de envolvimento e comprometimento de uma equipe de pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina com uma determinada realidade local a partir da intervenção pela comunicação comunitária. Desde meados da década de 1990 temos atuado nesta perspectiva e consideramos como essencial a participação da comunicação nos processos de organização popular.

Acreditamos que a comunicação, dentro de um contexto dialético que propõe a emancipação social e política dos sujeitos e sua organização enquanto grupo, deve ser



pensada dentro dos pressupostos da interdisciplinaridade; este foi o sentido que direcionou nossas ações e nos garantiu uma visão mais global e integrada da realidade.

Sem dúvida, as experiências em comunicação comunitária se efetivam a partir da íntima relação entre os pesquisadores e os sujeitos da realidade pesquisada, através da viabilização de processos participativos. Sendo assim, não se trata de processo linear, mas construído a partir da dinâmica coletiva e participativa, que se apresenta em permanente movimento de construção.

Referências

CÉSAR, Regina C. Escudero; et al. *Elaboração, aplicação e disseminação de campanhas de opinião pública como estratégia de relações públicas*. Londrina, 2001. (Projeto de pesquisa concluído pelo Departamento de Comunicação, Matemática Aplicada e Estatística e Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina).

CESAR, Regina C. Escudero; JURKEVICZ, Maristela R. de Araújo. Relatório da Pesquisa de Opinião: a questão do trabalho no Jd. União da Vitória. In: III Congresso World Public Relations Festival, Brasília, 2006. *Anais*. III Congresso World Public Relations Festival, 2006.

_____. Movimentos Sociais, comunidade e cidadania. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (org.). *Relações Públicas Comunitárias: a comunicação dialógica em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007.

CORNELLY, Seno. *Subsídios sobre Planejamento Participativo*. Brasília: MEC/Secretaria Geral, 1990. (Série Planejamento 3).

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

JURKEVICZ, Maristela R. de Araújo. *Empregabilidade: uma questão de cidadania - articulação comunitária na busca de espaços formais para a população do bairro União da Vitória através da parceria comunidade e Universidade Estadual de Londrina*. Londrina, 2005. (Projeto de pesquisa apresentado junto ao Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina).

MATUS, Carlos. *Teoria do Jogo Social*. São Paulo: FUNDAP, 2005.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Comunicação comunitária: uma alternativa política ao monopólio midiático. In: I Encontro da União Latinoamericana de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura - Ulepicc-Brasil, Niterói, 2006. *Anais*. I Encontro da União Latinoamericana de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura - Ulepicc-Brasil, 2006.



PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Relações públicas nos movimentos sociais e ‘comunidades’: princípios, estratégias e atividades. In: II Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional - II ABRAPCORP, Belo Horizonte, 2008. *Anais*. II Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional - II ABRAPCORP, 2008.

PERUZZO, Cicília M. K.; ALMEIDA, Fernando F. *Comunicação para a Cidadania*. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.